

FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

História do Direito Português

Turma A

Exame de Recurso

22 de julho de 2022

Grelha de Correção

Grupo I

Responda, **justificadamente**, a **duas** das seguintes questões:

1- Que relação identifica entre o estilo e a atividade dos tribunais?

Definir estilo

Enunciar os seus requisitos de validade

Identificar o contexto da sua formação

Caracterizá-lo como costume judiciário

Enunciar a problemática relativa às matérias em que o estilo se poderia formar

Enquadrar o estilo nas fontes de direito pátrio

2- Como distingue justiça subjetiva e objetiva?

Registar o tema da justiça como central para a história do direito português

Identificar as principais classificações de justiça

Identificar as modalidades de justiça variáveis em função do sujeito e a justiça como padrão objetivo de comportamento

O *bónus pater familias* como modelo de referência do homem médio

3- Como se processou a codificação do direito comercial em Portugal?

Caraterizar o estado do ordenamento jurídico português pré-codificação

Contextualizar o surgimento do movimento geral da codificação na Europa e em Portugal

Justificar o facto de ter sido o direito comercial o primeiro a ser codificado

Localizar no tempo e caracterizar o Código de Ferreira Borges

Localizar no tempo e caracterizar o Código de Veiga Beirão

Grupo II

Comente um dos seguintes textos:

- 1- “O nascimento do Estado como pessoa coletiva surge em oposição ao Estado coisa ou objeto (*respublica*) dos tratadistas medievais. A necessidade do Estado para dirigir e coordenar as famílias, os corpos e os indivíduos possibilitou a ideia de pessoa jurídica coletiva. O corpo místico, metáfora dos juristas medievais para a igreja e para a *respublica*, torna-se instituição profana, de objeto transforma-se em sujeito”.

António Pedro Barbas Homem, *A Lei da Liberdade*, Vol. 1, *Introdução ao Pensamento Jurídico, Épocas Medieval e Moderna*, Princípia, 2001, pág. 153.

Caraterizar jurídica e politicamente a época do surgimento do Estado

Caraterizar a *respublica* de acordo com as conceções medieval

Comparar o Estado moderno com as figuras políticas que o antecederam

Identificar os princípios teóricos influenciadores das conceções de Estado

Identificar os fins do Estado

- 2 “Para o jurista medieval a solução não se obtinha a partir da subsunção do facto à norma, mas pela ponderação de todas as soluções possíveis. Em função destas era “achada” a norma aplicável, determinado o seu âmbito, estabelecida a interpretação competente.”.

Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque, *História do Direito Português*, tomo I (1140-1415), Lisboa, AAFDL, 2022.

Contextualizar o texto no âmbito das escolas jurisprudenciais da idade média

Enunciar e caracterizar essas escolas

Identificar a metodologia das escolas ou *ars inveniendi* enunciando os seus elementos

Identificar o casuísmo com abordagem característica das escolas

Caracterizar o raciocínio dos juristas com probabilístico

Identificar os instrumentos auxiliares do trabalho dos juristas: gramática, lógica, dialética, tópica e retórica

Grupo III

Comente os **dois textos** seguintes, **relacionando-os**:

- 1- “E mando pela outra parte, que aquella *boa razão*, que o sobredito preambulo determinou, que fosse na praxe de julgar subsidiária, não possa, nunca ser a da autoridade extrínseca destes, ou daqueles textos do Direito Civil (...) mas sim, e tão somente ou aquella *boa razão*, que consiste nos primitivos princípios, que contém verdades essenciais, intrínsecas, e inalteráveis, que a Ethica dos mesmos Romanos havia estabelecido, e que os Direitos Divino e Natural formalizarão para servirem de Regras Moraes, e Civis, entre o Christianismo.”

Lei de 18 de agosto de 1769 (*Lei da Boa Razão*), 9, in Textos de História do Direito, AAFDL, 2019, pág. 113.

Contextualizar jurídica e politicamente o surgimento da Lei da Boa Razão

Identificar as correntes do pensamento jurídico que a influenciaram

Enumerar as alterações que introduziu no sistema de fontes do direito até aí vigentes

Identificar o conceito de boa razão consagrado nesta lei

Identificar os princípios nela referidos

- 2- “A Cadeira commua a ambas as Faculdades, será a de Direito Natural Público Universal e das Gentes. A qual por auxiliar igualmente à Jurisprudencia Civil e á Canonica, se haverá por Subsidiaria communa de hum, e outro Direito”.

Estatutos da Universidade de Coimbra, 1772, in Textos de História do Direito, AAFDL, Lisboa, 2019, pág. 99.

Contextualizar o texto no âmbito da reforma pombalina dos Estatutos da Universidade de 1772

Caracterizar os Estatutos Pombalinos face aos anteriores

Enumerar as novas cadeiras introduzidas no ensino universitário

Descrever o método adotado para o ensino do direito (método sintético-demonstrativo compendiário)

Relacionar os textos, enquadrando-os no racionalismo jusnaturalista

Cotação: Grupo I- 3,5 valores/questão

Grupo II- 6 valores

Grupo III- 7 valores

Duração: 120 minutos